

INDÚSTRIA

# Vendas de máquinas crescem 10,6%

A receita de vendas da indústria de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 200,8 bilhões nos oito primeiros meses do ano (janeiro a agosto), 10,6% acima do registrado no mesmo período de 2024. O resultado, no entanto, mostra uma desaceleração no crescimento das vendas em 2025:

no acumulado até julho, a elevação, em comparação ao ano anterior, era de 13,6%. Os dados, divulgados ontem são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). No mês de agosto, já com o início do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil, a receita

de vendas recuou 5,6% em relação ao mesmo mês de 2024 e atingiu R\$ 26,5 bilhões. “Esse desempenho na receita do setor veio em linha com as expectativas. Para os próximos meses a tendência é de manutenção da desaceleração, reflexo da política monetária contracionista. **PÁGINA 2**

BANCO CENTRAL

## Botão de contestação do Pix já está disponível

O botão de contestação de transações do Pix já está disponível aos usuários, com a finalidade de facilitar a devolução de valores para as vítimas de fraude, golpe e coerção. Formalmente chamado de autoatendimento do Mecanismo Especial de Devolução (MED), o botão pode ser acionado pelo aplicativo da instituição financeira com a qual o usuário tenha relacionamento. Assim, o MED, criado em 2021, passa a ser feito de forma 100% digital, sem a necessidade de interação com a central de atendimento pessoal da instituição. As mudanças nas regras do Pix foram publicadas em agosto pelo Banco Central. De acordo com a autarquia, ao contestar a transação, a informação é instantaneamente repassada. **PÁGINA 3**

FICHA LIMPA

## Veto de Lula pode ajudar políticos cassados

Entidades que atuam no combate à corrupção avaliam que o veto parcial do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao projeto que altera a Lei da Ficha Limpa pode abrir caminho para que políticos cassados ou condenados tentem voltar à vida pública. A Lei Complementar nº 219 foi sancionada na segunda-feira, 29, com veto a alguns pontos do projeto aprovado no Congresso Nacional. Para o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o veto presidencial é "irrelevante" e ameaça a aplicação da Lei da Ficha Limpa. "Essa alteração fragiliza a moralidade eleitoral e abre caminho para o retorno de políticos condenados às disputas, inclusive com o risco de maior influência de grupos ligados ao crime organizado", diz a nota. **PÁGINA 7**

VITÓRIA DO POVO

# Câmara aprova isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil



RICARDO STUCKERT

A Câmara dos Deputados aprovou ontem com 493 votos favoráveis e nenhum contrário, o texto-base do projeto de Lei (PL) 1.087/2025, que prevê isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 5 mil e desconto para quem ganha até R\$ 7.350 mensais. A proposta, encaminhada pelo governo federal, ainda terá que ser aprovada no Senado, antes da sanção pelo presidente Lula(**foto**) para entrar em vigor. A redução do IR foi uma promessa de campanha de Lula em 2022. Enviado para a Câmara em março, o texto foi aprovado em uma comissão especial que analisou o texto. Atualmente, são isentos do imposto quem ganha até R\$ 3.036. O projeto determina que, em 2026, as pessoas que ganham até R\$ 5 mil, terão um desconto mensal de até R\$ 312,89, de modo que o imposto devido seja zero. Já quem ganha de R\$ 5.000,01 até R\$ 7.350,00, o desconto será de R\$ 978,62. Segundo o governo, com a aprovação da proposta, serão beneficiados com a isenção mais de 26,6 milhões de contribuintes, em 2026. Para compensar a isenção, cujo custo está estimado será de R\$ 25,8 bilhões aos cofres públicos, o projeto prevê a tributação das pessoas com rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, com uma alíquota progressiva de até 10%. A alíquota máxima incidirá para quem recebe anualmente a partir de R\$ 1,2 milhão. Além disso, ela não será aplicada para quem já paga a alíquota máximo do IR, que é de 27,5%. Segundo o Ministério da Fazenda, a medida atingirá cerca de 140 mil pessoas, 0,13% dos contribuintes, que hoje pagam, em média, apenas 2,54% de Imposto de Renda.

OUTUBRO ROSA



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

## Conferência das Mulheres alerta sobre câncer de mama

Prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado ao câncer de mama e ao câncer do colo de útero salvam vidas. Com essa mensagem pela campanha do Outubro Rosa, que começou ontem, a ministra das Mulheres, Marcia Lopes (**foto**), abriu o terceiro e último dia da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), em Brasília. "O Outubro Rosa simboliza vida, esperança e cuidado. E esse cuidado no Brasil tem nome, o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS. A ministra ainda orientou as mulheres a fazerem mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam que o câncer de mama é o mais incidente e, também, a principal causa de mortalidade por câncer em mulheres no Brasil. **PÁGINA 5**

INDICADORES

| IBOVESPA -0,49% / 145.517,35 / -719,67 / Volume: 20.867.445.714 / Negócios: 3.575.833 |       |       |               |       |       |                |        |       |                  |            |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|---------------|-------|-------|----------------|--------|-------|------------------|------------|-------|
| Mais Negociados                                                                       |       |       | Maiores Altas |       |       | Maiores Baixas |        |       | Bolsas no mundo  |            |       |
|                                                                                       | Preço | %     | Oscil.        |       | Preço | %              | Oscil. |       |                  |            |       |
| GOLL54                                                                                | 5,71  | +0,35 | +0,02         | TRAD3 | 5,390 | +8,67          | +0,430 | OIBR3 | 0,40             | -24,53     | -0,13 |
| MGLU3                                                                                 | 9,60  | 0,00  | 0,00          | SNSY3 | 11,90 | +8,18          | +0,90  | AMBP3 | 7,14             | -16,20     | -1,38 |
| BBDC4                                                                                 | 17,39 | -1,70 | -0,30         | BRKM6 | 8,50  | +6,65          | +0,53  | PDGR3 | 0,13             | -7,14      | -0,01 |
| BBAS3                                                                                 | 21,93 | -0,72 | -0,16         | BRKM3 | 7,91  | +6,17          | +0,46  | OIBR4 | 6,00             | -7,12      | -0,46 |
| POMO4                                                                                 | 8,64  | -3,03 | -0,27         | GEPA3 | 35,99 | +6,17          | +2,09  | LUPA3 | 1,02             | -6,42      | -0,07 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Dow Jones        | 46.441,1   | +0,09 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | S&P 500          | 6.711,2    | +0,34 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | NASDAQ Composite | 22.755,156 | +0,42 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Nasdaq 100       | 24.800,862 | +0,49 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Euronext 100     | 1.675,27   | +1,01 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | CAC 40           | 7.966,95   | +0,90 |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Salário mínimo   |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | R\$ 1.412,00     |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | IGP-M            |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | 0,42% (set.)     |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | EURO turismo     |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Compra: 6,3329   |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Venda: 6,5129    |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Dólar PTax - BC  |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Compra: 5,3208   |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | +0,04%           |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Dólar comercial  |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Compra: 5,3279   |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Venda: 5,3285    |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Dólar turismo    |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Compra: 5,3542   |            |       |
|                                                                                       |       |       |               |       |       |                |        |       | Venda: 5,5342    |            |       |



BANCO CENTRAL

# Botão de contestação do Pix está disponível aos usuários

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O botão de contestação de transações do Pix já está disponível aos usuários, com a finalidade de facilitar a devolução de valores para as vítimas de fraude, golpe e coerção. Formalmente chamado de autoatendimento do Mecanismo Especial de Devolução (MED), o botão pode ser acionado pelo aplicativo da instituição financeira com a qual o usuário tenha relacionamento. Assim, o MED, criado em 2021, passa a ser feito de forma 100% digital, sem a necessidade de interação com a central de atendimento pessoal da instituição. As mudanças nas regras do Pix foram publicadas em agosto pelo Banco Central.

CONTESTAÇÃO

De acordo com a autarquia, ao contestar a transação, a informação é instantaneamente repassada para o banco do golpista, que deverá bloquear os recursos em sua conta, caso existam, inclusive valores parciais. Depois do bloqueio, ambos os bancos têm até sete dias para analisar a contestação. Caso concordem que se trata realmente de um golpe, a devolução é efetuada diretamente para a conta da vítima. O prazo para essa devolução é de até onze dias após a contestação. O BC explicou que o autoatendimento do MED dará mais agilidade e velocidade ao processo de contestação de transações fraudulentas, “o que aumenta a chance de ainda haver recursos na conta do fraudador para viabilizar a devolução para

a vítima”. O MED, bem como seu botão de contestação, não se aplica a casos de desacordos comerciais, arrependimento e erros no envio do Pix (como erro de digitação de chave) ou que envolvam terceiros de boa-fé, por exemplo. O BC ressalta que ele é específico para fraude, golpe e coerção. DINHEIRO Outra mudança no MED é que será possível fazer a devolução do dinheiro a partir de outras contas, e não apenas daquela utilizada na fraude. Esse recurso estará disponível a partir de 23 de novembro, de forma facultativa, e se torna obrigatória em fevereiro do ano que vem. Até então, a devolução dos recursos poderia ser feita apenas a partir da conta original-

mente utilizada na fraude. O problema é que os fraudadores, em geral, retiram rapidamente os recursos da conta que recebeu o dinheiro e transferem para outras. Dessa forma, quando o cliente faz a reclamação e pede a devolução, o mais comum é que a conta já esteja esvaziada. Com os aprimoramentos, o MED vai identificar possíveis caminhos dos recursos. Essas informações serão compartilhadas com os participantes envolvidos nas transações e permitirão a devolução de recursos após a contestação. O BC espera que isso aumente a identificação de contas usadas para fraudes e a devolução de recursos, desincentivando fraudes. Segundo o banco, o compartilhamento dessas informações impedirá ainda o uso dessas contas para novas fraudes.

ABASTECIMENTO

# Período úmido pode atrasar, mas sistema elétrico está preparado

DENISE LUNA/AE

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Marcio Rae (**foto**), já trabalha com a possibilidade do período úmido este ano ter um mês de atraso, passando de outubro para novembro Mas garante que, mesmo que isso ocorra, o Sistema Interligado Nacional (SIN) está preparado para abastecer o País com tranquilidade. Até o momento, destacou Rae, não existe discussão sobre a implantação do horário de verão este ano, “mas a gente já está enxergando uma condição favorável de umidade, e a nossa expectativa é que transcorra essa transição (do período seco para o chuvoso) dentro de uma normalidade”, afirmou Rae após o 1º Prêmio ONS de Qualidade na Operação. “O sistema está preparado para garantir o atendimento seguro, confiável, mesmo numa situação de atraso na entrada do período úmido”, acrescentou. Normalmente, o período seco no Brasil começa em abril e termina entre a segunda quinzena de outubro e o início de novembro. Como a expectativa é de um atraso maior do que o



ONS

normal, o ONS vem tomando medidas como a estocagem de água dos reservatórios das hidrelétricas em pontos estratégicos do SIN como, por exemplo, a água estocada na hidrelétrica de Tucuruí, uma das maiores do País, localizada no rio Tocantins, no Pará.

CURTAILMENT

Presente no evento, o diretor de operação do ONS, Christiano Vieira, informou que dentro de um mês deve ficar pronta a análise sobre uma solução para

amenizar o *curtailment* (cortes de geração), que tem trazido prejuízo para os operadores de energia renovável. Segundo ele, na terça-feira passada, uma reunião na Comissão de Infraestrutura do Senado sobre o tema reuniu 16 agentes do setor, “a maior reunião já realizada”, informou Vieira. “A gente agora vai trabalhar com a Aneel e com a EPE para tentar achar uma solução a nível de bateria, a nível de transmis-

são, e a questão regulatória, que hoje é a questão mais importante. A Aneel está estudando uma alternativa para poder minimizar essa questão do *curtailment*, não só em uma área, mas em uma área maior”, informou Vieira. De acordo com o diretor, será criada uma regulação específica que permita ao ONS solicitar o corte de geração (Plano Emergencial de Corte de Geração de Distribuição) às distribuidoras para mitigar os riscos crescentes diante do aumento acelerado da micro e mini geração distribuída (MMGD). O texto, porém, ainda deverá passar pelo Congresso, explicou. O objetivo é atingir as usinas classificadas como tipo III, que não possuem programação nem despacho centralizados e, por este motivo, não possuem relacionamento operacional com o ONS, como as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e a geração distribuída. “A gente então está dependendo agora desta regulação junto aos distribuidores, às distribuidoras, para que a gente possa poder ter o controle dessa energia. E a tendência é cada vez crescer mais. Então, a gente está bem preocupado”, alertou Vieira.

TRABALHO

# Uber responde a 21 mil ações na Justiça que pedem vínculo de emprego

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Uber responde a 21 mil ações movidas na Justiça do Trabalho que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício com a plataforma, segundo informou a advogada da empresa, Ana Carolina Caputo Bastos, em sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão de ontem, a primeira sob a presidência do ministro Edson Fachin (**foto**), foi reservada para a apresentação das exposições dos advogados. A data para a apresentação dos votos será marcada posteriormente. A discussão é sobre a existência de vínculo empregatício de motoristas de aplicativo com as plataformas. A Corte vai analisar o tema com repercussão geral, ou seja, o resultado será aplicado a todos os processos que tratam da mesma controvérsia. A advogada também informou que a plataforma tem quase 2 milhões de motoristas cadastrados, e o tempo de uso médio é de 21



NELSON JR/STF

horas por semana. Já o rendimento varia entre R\$ 19 e R\$ 27 por hora. “De três a quatro vezes o valor do salário mínimo”, destacou. Ela argumentou que a relação entre o motorista e a plataforma é uma “parceria comercial” que deve ser analisada pela Justiça comum e não pela Justiça do Trabalho. “(A plataforma) conecta um consumidor com um motorista. A Uber está no meio deste caminho, mas os dois convivem muito bem

sem ela”, sustentou. O advogado da Rappi, Márcio Vitral Amaro, também alegou que não há relação de emprego no caso. “Não há os pressupostos legais de uma relação de emprego, e não há sobretudo o principal deles, o marco de uma relação de emprego, aquele elemento por excelência que define o vínculo de emprego: a subordinação”, disse. O argumento é contestado por

advogados que defendem os trabalhadores e entidades sindicais, que entendem que a subordinação está caracterizada devido à atuação do algoritmo da plataforma, já que o aplicativo controla e fiscaliza o trabalho dos motoristas. “A subordinação algorítmica não é uma fantasia, ela é algo concreto que está no artigo 6º da CLT. Hoje, a subordinação não se dá no contato direto, olho no olho, entre patrão e empregado, entre chefe e subordinado. Se dá, sim, por meios tecnológicos, e o direito é capaz de deduzir isso”, alegou o advogado Mauro de Azevedo Menezes, que representa o autor da ação contra a Uber. O artigo 6º da CLT estabelece que não há distinção entre o trabalho realizado presencialmente ou à distância, desde que estejam presentes os requisitos da relação de emprego: ser pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.

REFINARIA

# Refit divulga carta com cumprimento integral das exigências da ANP

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Refit, ex-Refinaria de Manguinhos, protocolou uma carta-resposta junto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em que afirma estar adotando todas as exigências para reverter a interdição determinada semana passada. Em nota, a empresa diz que os 11 pontos levantados pela agência durante a fiscalização não estão entre os critérios considerados pela legislação como passíveis de interdição. O comunicado enfatiza que, apesar de discordar da suspensão, adotou um conjunto de medidas para atender às condicionantes da ANP. A refinaria foi interdita pela ANP na última sexta-feira por tempo indeterminado por suspeita de não realizar refino e importar gasolina ilegal. Na carta-resposta, a Refit sustenta que não é factível dizer que não realiza o refino dos produtos. Em sua alegação, argumenta que a própria agência concluiu que não “foram encontradas discrepâncias entre os resultados declarados pela empresa nas especificações de gasolina automotiva e os que foram inspecionados”. O mesmo ocorreu com a análise dos produtos importados nos últimos 12 meses. “Foi constatado ainda que as matérias primas analisadas não se configuram como gasolina automotiva importada, sendo necessário, portanto, o processo de refino para que o produto seja comercializado no mercado”, pontua. A empresa destaca que tomou ciência da interdição pela imprensa, antes mesmo de receber a notificação formal da agência e que as acusações in-

formadas pela ANP para a imprensa “não constam no auto de infração, o que caracteriza afronta aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa”. Na manifestação, a empresa salienta ainda que solicitou uma reunião presencial com a ANP para o melhor entendimento de algumas questões específicas. “A empresa entende que a interdição cautelar carece de fundamento técnico e jurídico, configurando medida desproporcional e arbitrária.” A Refit ressalta ainda que adotou um conjunto de medidas para atender às condicionantes impostas pela ANP, mesmo que não exigidas pela legislação, como a totalização automatizada dos volumes processados, o detalhamento adicional dos processos de gestão das unidades de refino, a apresentação de evidências técnicas sobre as torres de destilação, a apresentação de parecer e documentação técnica que demonstrem a racionalidade econômica e técnica do processamento de matérias-primas, aperfeiçoamento no isolamento já existentes dos tanques de armazenamento, entre outras medidas administrativas, de governança e compromisso institucional. “A adoção imediata dessas medidas demonstra a postura colaborativa e responsável da Refit, que busca a rápida solução para restabelecer a normalidade operacional sem prejuízo da segurança, do meio ambiente ou do consumidor. Todos os documentos comprobatórios foram protocolados ao processo nos termos indicados no auto de fiscalização”, garante a empresa.

SALÁRIO

# Prazo para empresas divulgarem relatório de transparência é adiado

MATEUS MAIA/AE

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) adiou, ontem, o prazo para empresas com mais de 100 funcionários divulgarem seus relatórios de transparência salarial e critérios remuneratórios. Essa divulgação é uma obrigação da lei que instituiu a igualdade salarial entre homens e mulheres para quem exerce a mesma função. Segundo o ministério, a prorrogação do prazo foi determinada depois que o órgão identificou “inconsistências

em parte dos resultados apurados”. “A Dataprev realizará um novo processamento dos relatórios, e a expectativa é de que as versões corrigidas estejam disponíveis no Portal Emprega Brasil até 7 de outubro, devendo as empresas proceder à sua divulgação em canais institucionais, como site, redes sociais ou meios equivalentes de ampla visibilidade, até 15 de outubro”, escreve o MTE. Caso as empresas não divulgarem seus relatórios no prazo, a lei prevê sanções, incluindo multas.

ENFERMAGEM

# Piso em nível federal deverá observar aumento de despesas

RENAN MONTEIRO E LUIZ ARAÚJO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou que a implementação do piso salarial da enfermagem em nível federal, em caso de impacto orçamentário para a União, deverá observar as exigências com o aumento de despesas de pessoal, previstas nas regras constitucionais e na Lei de Responsabilidade Fiscal. A avaliação foi feita em resposta a uma consulta formu-

lada pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados sobre requisitos necessários à instituição de piso salarial nacional da enfermagem por lei federal. No atual texto constitucional é estabelecido que determinada lei não pode impor transferência de encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária.



PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Não chove.

OUTUBRO ROSA

# Conferência das Mulheres faz alerta sobre câncer de mama

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado ao câncer de mama e ao câncer do colo de útero salvam vidas. Com essa mensagem pela campanha do Outubro Rosa, que começou ontem, a ministra das Mulheres, Marcia Lopes (foto), abriu o terceiro e último dia da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), em Brasília.

"O Outubro Rosa simboliza vida, esperança e cuidado. E esse cuidado no Brasil tem nome, o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS. A ministra ainda orientou as mulheres a fazerem mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS)."

### CÂNCER DE MAMA

Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam que o câncer de mama é o mais incidente e, também, a principal causa de mortalidade por câncer em mulheres no Brasil.

O número estimado de casos novos de câncer de mama no Brasil, para o triênio de 2023 a 2025, é de 73.610 casos por ano, corres-

pondendo a um risco estimado de 66,54 casos novos a cada 100 mil mulheres, conforme a publicação "Estimativa 2023 – Incidência de Câncer no Brasil" do Inca. Em 2021, foram registrados 18.139 óbitos de mulheres por câncer de mama no Brasil. No entanto, a maioria dos casos, quando tratada adequadamente e em tempo oportuno, tem bom prognóstico para as pacientes.

A primeira orientação do Inca é que a mulher observe e apalpe suas mamas sempre que se sentir confortável para tal (seja no banho, no momento da troca de roupa ou em outra situação do cotidiano). A segunda estratégia de detecção precoce do câncer de mama é o rastreamento pela mamografia.

O câncer do colo do útero está associado à infecção persistente por subtipos oncogênicos do vírus HPV (Papilomavírus Humano) e a principal forma de prevenção é a vacinação contra este vírus, que protege contra os subtipos oncogênicos 6, 11, 16 e 18. A recomendação atual é de dose única para meninas e meninos com idade entre 9 e 14 anos, pois esta vacina é mais eficaz se usada antes do iní-



JOSE CRUZ/ABRASIL

cio da vida sexual. A vacina também está disponível no SUS para pessoas de 9 a 45 anos vivendo com HIV/Aids, transplantados e pacientes oncológicos, que apresentam maior risco de desenvolver câncer e complicações relacionadas ao HPV. A detecção precoce do câncer do colo do útero é feita atualmente pelo exame citopatológico do colo do útero, ou exame Papanicolaou, na faixa etária de 25 a 64 anos, a cada três anos.

"O SUS também fortalece ações de prevenção do câncer do colo útero, que fazem diferença e que reafirmam o valor do cuidado. O Ministério das Mulheres trabalha

lado a lado com o SUS e com outros ministérios para ampliar o acesso das mulheres às políticas de prevenção e para garantir que a informação chegue em linguagem acessível, promova campanhas educativas e lutar para que todas, em qualquer território do Brasil, possam ter plenamente o direito ao cuidado."

### PESSOA IDOSA

As participantes da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) também celebraram o Dia Internacional das Pessoas Idosas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa (60+) no Brasil é 32,1 milhões de pessoas, 15,8% da população total do país.

Dentro da população de pessoas com 60 anos ou mais, as mulheres são a maioria (55,7%).

A titular da pasta das Mulheres reconhece que, em muitas situações, as mulheres idosas são as mais afetadas pela desigualdade de gênero, pela violência e pela exclusão e destacou a importância do cuidado que deve ser promovido por todos.

# Nova Lei Orgânica da Polícia Civil é provada

A Nova Lei Orgânica da Polícia Civil, de autoria do Governo do Estado, foi aprovada, na terça-feira passada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O projeto que faz parte do pacote enviado em agosto, e que confere uma série de novos benefícios aos policiais, fortalecendo a corporação.

"Agradeço à Alerj pela aprovação da nova Lei Orgânica da Polícia Civil, uma vitória muito aguardada pelos

nossos agentes. Nossa gestão tem trabalhado firmemente para recuperar os quadros policiais, incluindo mais dleie 2 mil agentes, incluindo concursos, modernizando seus equipamentos e investindo em tecnologia de ponta, treinamentos e melhores condições de trabalho. Temos certeza que essas medidas permitirão que a corporação siga fortalecida para realizar sua missão", afirmou o governador Cláudio Castro.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores da empresa, **CERVEJARIA PETROPOLIS S/A**, para aprovação ou não da proposta do Acordo Coletivo de Trabalho 2025, a realizar se no dia 06 de outubro 2025, com qualquer quórum.  
Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2025.  
**Washington Luiz Marcelino dos Santos**  
Presidente

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.070/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.070/2025 no dia 14/10/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (ALBUMINA HUMANA 20% INJETÁVEL, FRASCOAMPOLA OU BOLSA 50 ML, ALTEPLASE 50 MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA, e etc.) Processo nº. 33409.003671/2025-55. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.064/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025 no dia 14/10/2025 às 09h00min. - Objeto: Contratação de serviços de Manutenção Preventiva, Manutenção Preditiva, Manutenção Corretiva e Adequações para uso das Instalações e Equipamentos Prediais no Instituto Nacional de Cardiologia, sob a gestão do Ministério da Saúde, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Processo nº. 33409.010019/2024-14. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.030/2025

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COORDENAÇÃO DO CURSO SISTEMAS DA INFORMAÇÃO DO CEFET/RJ UNED MARIA DA GRAÇA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.001862/2025-87. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** A partir de 2/10/2025 às 10h (Horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Em 14/10/2025 às 10h (Horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **RETIRADA DE EDITAL:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2025. **Rodrigo Martins de Oliveira** – Pregoeiro do Cefet/RJ.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.035/2025

OBJETO: o objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de vigilância, armada e desarmada, visando atender às necessidades da Uned Maria da Graça, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.003147/2025-89. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 2/10/2025 às 10h (horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 16/10/2025 às 10h (horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **RETIRADA DE EDITAL:** o Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)). Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2025. **Christiane Rocha Pereira** – Pregoeira do Cefet/RJ.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.098/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.098/2025 no dia 15/10/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Insumos para Tomografia e Ressonância (CIRCUITO EM "Y" PARA ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE POR BOMBA INJETORA, PRESSÃO MÍNIMA DE 300 PSI, SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO, DUPLA INFUSÃO, QUATRO VÁLVULAS ANTI - REFLUXO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 200 CM, APIROGÊNICO, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, REGISTRO NA ANVISA, ELETRODO ADULTO COMPATÍVEL PARA MONITORIZAÇÃO EM EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, CONFECIONADO EM ESPUMA ADESIVA COMPACTA, HIPOALERGÊNICO, IMPERMEÁVEL, TERMOSENSÍVEL, FLEXÍVEL, DISPOSITIVO DE CONEXÃO UNIVERSAL, ISENTO DE METAL, FABRICADO EM CARBONO, DISPOSITIVO DE 2 VIAS PARA ADMINISTRAÇÃO EM ALTA PRESSÃO DE DROGAS E CONTRASTES, LUER LOCK, QUE SUPORTE MÍNIMO DE 300 PSI, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ATÓXICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, REGISTRO NA ANVISA) Processo nº. 33409.008564/2025-89. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.095/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.095/2025 no dia 15/10/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de materiais Hospitalares (equipos, extensores, conectores) (ADAPTADOR MACHO COM LUER-LOCK, ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, DISPOSITIVO VALVULADO DE PRESSÃO POSITIVA OU NEUTRA, TRANSPARENTE, SUPERFÍCIE LISA, COM CONECTOR LUER LOCK, ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DISPOSITIVO DE OCLUSÃO DE CONEXÕES LUER LOCK, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DISPOSITIVO DE TORNEIRAS COM 5 VIAS, PEÇA ÚNICA, TRANSPARENTE, CONTROLADOR DE FLUXO COLORIDO E GIRATORIO COM ROTAÇÃO DE 360° E INDICAÇÃO DE FLUXO, CONEXÃO COMPATÍVEL COM LUER LOCK, COM TAMPAS PROTETORAS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA DE FLUIDOS ESTÉREIS, USO EM SISTEMA FECHADO, PONTA PERFURANTE E TAMPAS PROTETORAS EM AMBOS OS LADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ATÓXICO, APIROGÊNICO e etc.) Processo nº. 33409.001526/2024-59. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**SAMAREN ENERGIA LTDA.**  
CNPJ 62.519.466/0001-55 - NIRE 33.214.231.892

Ata de Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações realizada em 12.09.2025

**Data, Hora, Local:** 12.09.2025, às 10h, na sede, na Avenida das Américas, 1155, sala 1503, Rio de Janeiro/RJ. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** **Presidente:** Guilherme Picard; **Secretário:** Ricardo Picard. **Deliberações Aprovadas:** 1. A transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, com a conversão das 6.088.398 quotas representativas do capital social em 6.088.398 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme Boletim de Subscrição: **Acionista: Savixx Comércio Internacional S/A - Ações:** 6.088.397 - **Valor (R\$):** R\$6.088.397,00 - **Participação (%)**: 99,99998% - **Acionista: Guilherme Picard - Ações:** 1 - **Valor (R\$):** R\$1,00 - **Participação (%)**: 0,00002% - **TOTAL: Ações:** 6.088.398 - **Valor (R\$):** R\$6.088.398,00 - **Participação (%)**: 100%. 2. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 1 Diretor com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. 3. Eleger para o cargo de Diretor, **Guilherme Picard**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 10.079.741-1 IFP/RJ, CPF 910.966.937-04, com endereço profissional no Rio de Janeiro/RJ. 3.1. O Diretor aceita a nomeação, declara desimpedimento para o exercício da administração e toma posse de seu cargo, mediante a assinatura do Termo de Posse lavado no Livro de Reunião de Diretoria. 4. O Diretor não receberá remuneração, neste momento, fazendo jus somente ao reembolso de despesas que eventualmente incorrer em virtude do exercício de suas funções, podendo ser fixada remuneração global anual, conforme determinado em Assembleia Geral. 5. As publicações serão realizadas em jornal de grande circulação no local da sede da Companhia a ser oportunamente definido, ou de forma eletrônica, nos termos do artigo 294, III, da Lei das S.A., conforme aplicável. 6. A redação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro/RJ, 12.09.2025. **Sócios/Acionistas: Savixx Comércio Internacional S/A** - por **Guilherme Picard** e **Ricardo Picard**, **Guilherme Picard**, *Diretor eleito: Guilherme Picard. Visto do Advogado: Giovanna de Moura Perez* - OAB/SP nº 400.003. JUCERJA - Protocolo: 2025/00900137-4 em 12/09/2025, certifico o arquivamento em 17/09/2025 sob o número 33300360832, 00007204463, Gabriel Oliveira de Souza Vei - Secretário Geral.

**ESTATUTO SOCIAL - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º.** A **Samaren Energia S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima fechada que se rege por este Estatuto Social, pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 1155, sala 1503, Barra da Tijuca, CEP 22631-903, e poderá criar filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências em qualquer localidade no Brasil ou no exterior, por meio de decisão da assembleia geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a locação, na modalidade atípica, de usina de geração de energia solar fotovoltaica (UFV), no regime do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), a fim de buscar fontes alternativas de energia no sistema de geração compartilhada; implantação de projetos de geração distribuída; elaboração e gestão de projetos básicos e projetos executivos relacionados a serviços e obras de engenharia; desenvolvimento de projetos de pesquisa em engenharia elétrica; e consultoria em engenharia elétrica. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital:** **Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$ 6.088.398,00, dividido em 6.088.398 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. **§ 1º** - A inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas comprova a propriedade das respectivas ações. **§ 2º** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações sociais. **§ 3º** - Poderão ser emitidas pela Companhia ações preferenciais, sem direito a voto, mediante deliberação da Assembleia Geral, a quem caberá também a definição das preferências que lhes serão atribuídas. **Capítulo III - Da Assembleia Geral:** **Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, nos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **§ 1º** - A Assembleia Geral será convocada por iniciativa de qualquer dos membros da Diretoria e instalada na forma do artigo 124 da Lei das S.A.. **§ 2º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto da Companhia. **§ 3º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor da Companhia. O presidente da Assembleia Geral nomeará qualquer um dos presentes para secretariá-la. **Artigo 7º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social serão tomadas por acionistas representando, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto, não sendo computados os votos em branco. **Artigo 8º.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas em lei, deliberar acerca das seguintes matérias: (i) alterar o Estatuto Social da Companhia; (ii) abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer localidade do país ou do exterior; (iii) aumentar ou reduzir o capital social; (iv) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria da Companhia, bem como fixar as respectivas atribuições; (v) definir a remuneração global dos administradores da Companhia, inclusive benefícios; (vi) tomar, anualmente, as contas dos administradores da Companhia e deliberar

**ATAQUE NAS REDES**

# PF pede inclusão de ameaças a Dino em inquérito das ‘milícias’

BRUNA ROCHA/AE

A Polícia Federal encaminhou um ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes solicitando a união das investigações relacionadas às ameaças sofridas pelo também ministro da Corte, Flávio Dino, após o julgamento relacionado à trama golpista, ao inquérito das chamadas "milícias digitais", que atuam com o objetivo de ameaçar e coagir membros do Judiciário e instituições brasileiras.

No documento enviado a Moraes, a PF detalha as ameaças recebidas por Dino após a sessão que resultou na condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão. O ofício reúne mais de 50 publicações em redes sociais, que, segundo a corporação, evidenciam ameaças contra o ministro e também contra o delegado federal Fábio Shor.

Um aspecto recorrente nos conteúdos analisados e enfatizado pela PF foi a menção ao Nepal, país que enfrentou ondas de protestos violentos e episódios de assassinato político.

"Logo após proferir meu voto, passei a ser destinatário de graves ameaças contra a minha vida e integridade física", afirmou Dino em manifes-

tação anexada ao processo.

O ministro também alertou que esse tipo de mensagem pode servir como gatilho para novos episódios de violência contra autoridades públicas e instituições, a exemplo do que ocorreu em 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas.

Ao enviar o conteúdo a Moraes, a PF destacou que "a individualização dos alvos confere maior gravidade e reprovabilidade às condutas, porquanto amplia o potencial intimidatório, constringe o exercício regular da função pública e rompe a esfera do debate abstrato para uma concretude persecutória".

A corporação avaliou ainda que tais práticas geram um temor real e palpável. Diante disso, caso se confirme a vinculação das ameaças ao grupo das "milícias digitais", as plataformas devem ser acionadas para colaborar na identificação dos autores.

Em episódios anteriores, o ministro também foi alvo de tentativa de agressão. Em um caso recente, a PF indiciou uma mulher que tentou agredir Dino durante um voo entre São Luís e Brasília. A acusada, que não teve o nome revelado oficialmente, responderá pelos crimes de injúria e incitação ao crime.

**GASTANÇA**

# TCU gasta R\$ 770 mil com reforma no aptº funcional de Anastasia

RAYSSA MOTTA  
E FAUSTO MACEDO/AE

Em tempos de crise e corte de R\$ 1,4 bilhão no orçamento - atingindo principalmente a Saúde - o Tribunal de Contas da União (TCU) fechou um contrato de R\$ 770 mil para reformar o apartamento funcional ocupado pelo ministro Antonio Anastasia, em Brasília. Ex-senador pelo PSDB, Anastasia tomou posse no TCU em fevereiro de 2022. O ministro ocupa um imóvel provisório, enquanto aguarda a conclusão da reforma. As obras começaram em junho e estão previstas para seguir até dezembro. A informação foi divulgada pelo portal Metrôpoles e confirmada pelo Estadão.

Em junho, o ministro recebeu R\$ 75,6 mil a título de "vantagens indenizatórias" - rubrica usada para ressarcimento por "despesas e prejuízos". Em julho, o valor foi de R\$ 59,9 mil. Em agosto e setembro, de R\$ 16,9 mil. Os pagamentos não entram no cálculo do teto remuneratório.

Procurado, o TCU disse a reforma "foi objeto de licitação" e que a proposta vencedora reduziu o valor global estimado para a obra em 17,2%. O tribunal afirmou também que não está custeando moradia para o ministro durante a renovação do apartamento funcional.A remodelação será completa no apartamento reservado a Anastasia Todas as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias estão sendo trocadas, assim como pisos, revestimentos, esquadrias, louças, acabamentos de metal e armários.

O sistema de aquecimento da água dos banheiros, que era de chuveiro elétrico, passou para boiler elétrico. E novos aparelhos de ar condicionado serão instalados.

**AUTORIDADE**

O TCU fez um estudo técnico preliminar antes da contratação. Essa é uma etapa obrigatória para a assinatura de contratos por qualquer órgão público. O estudo aponta a neces-

sidade de reforma do apartamento, "posto que será ocupado por autoridade". "Sendo necessária a adaptação dos acabamentos à padronização do TCU, a modernização de sistemas e instalações e a adaptação do imóvel às necessidades dos futuros ocupantes", diz um trecho do documento.

**PORCELANATO**

O TCU afirma que os pisos "estão muito desgastados e, em parte, manchados, gastos ou quebrados". Os revestimentos estão sendo substituídos por peças de porcelanato, sob a justificativa de que o material é "superior ao existente, com durabilidade superior e tecnologia que garante resistência e modularidade adequadas ao imóvel".

A Corte de Contas também considerou que as esquadrias de ferro precisavam ser trocadas porque não eram suficientes para o isolamento térmico e acústico do apartamento, "ocasionando incômodos", "atritos e barulhos desagradáveis".

**LEVEZA**

"Não obstante o valor mais elevado de janelas acústicas de alumínio, o custo-benefício da troca de sistema é muito significativo, dada a leveza, desempenho e versatilidade do conjunto. Esse tipo de sistema já vem sendo utilizado na maior parte dos edifícios novos que são construídos na cidade", segue o relatório do TCU. As bancadas de granito, "com sinais claros de desgaste por ação de produtos químicos e de trincas superficiais", e as louças e metais "de modelos ultrapassados", serão removidas e substituídas por materiais novos. Ao final da reforma, está prevista a impermeabilização e pintura do imóvel.

Inicialmente, o TCU previa gastar R\$ 930 mil com a série de melhorias no apartamento, mas a proposta vencedora da MRC Engenharia e Construção reduziu o valor final do contrato. O custo total inclui gastos com mão de obra.

**IMUNIZAÇÃO**

# Governo lança campanha para vacinar crianças e jovens

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Saúde anunciou ontem uma campanha de multivacinação voltada para crianças e adolescentes de até 15 anos. A estratégia, segundo a pasta, é atualizar a caderneta de jovens que, por algum motivo, ainda não foram imunizados ou que estão com doses atrasadas.

A campanha será realizada de 6 a 31 de outubro em todo o país, com o Dia D agendado para 18 de outubro, um sábado.

"Todas as vacinas do calendário estarão disponíveis. A ideia é oferecer e intensificar a vacinação para todas as vacinas", explicou o diretor do Programa Nacional de Imunizações, Eder Gatti.

Segundo ele, o ministério fez um repasse financeiro extraordinário no início do ano aos estados e municípios no valor de R\$ 150 milhões com o objetivo de financiar ações de multivacinação e estimular a imunização em nível municipal.

Para a campanha, foram distribuídas 6,8 milhões de doses fora a grade regular já enviada aos estados e municípios. Do total de doses, 1,8 milhão são da vacina tríplice viral; 1,6 milhão, da vacina contra a febre amarela; 1,1 milhão, da vacina contra a varicela ou catapora; e 2,3 milhões das demais vacinas que compõem o calendário.

**COBERTURA VACINAL**

Dados da pasta indicam que, de janeiro a julho deste ano, a vacina tríplice viral, por exemplo, alcançou quase 91% de cobertura vacinal. Já a dose contra a febre amarela registrou cobertura vacinal de 78%, enquanto a dose contra a varicela registrou a cobertura vacinal mais baixa: 67%.

"A ideia é que, com essa multivacinação, a gente consiga não apenas manter até o final do ano essa cobertura, mas fecharmos o ano com indicadores ainda melhores de cobertura vacinal", avaliou Eder.

**MEU SUS DIGITAL**

O aplicativo Meu SUS Digital vai enviar alertas a usuários informando sobre a campanha de multivacinação. A previsão é que mais de 40 milhões de pessoas recebam a notificação. Segundo Eder, serão inseridas ainda funcionalidades como lembretes de doses pendentes e vinculação do cadastro de crianças ao perfil de seus cuidadores.

**FEBRE AMARELA**

De acordo com o secretário, o governo planeja "um esforço adicional" durante a campanha com foco na distribuição de doses contra a febre amarela. "Vamos aproveitar o período da multivacinação e estabelecer a necessidade de se vacinar, não apenas crianças e adolescentes

menores de 15 anos, mas também adultos até 59 anos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná".

"Por isso enviamos doses extras contra a febre amarela - muito concentradas nesses estados - porque temos uma preocupação adicional com esses estados, considerando o último ciclo de casos de febre amarela que tivemos. A ideia é aproveitar que estamos no período pré-sazonal, ou seja, não está acontecendo a doença, para melhorar a cobertura vacinal", completou.

**HPV**

Outra ação adicional, segundo Eder, é a imunização contra o HPV. A recomendação da pasta é vacinar crianças e adolescentes de 9 a 14 anos. Atualmente, a cobertura vacinal chega a 82% entre as meninas nessa faixa etária e a 67% entre os meninos da mesma faixa etária.

"Na multivacinação, vamos manter o resgate de pessoas que não se vacinaram durante o período regular de 9 a 14 anos, para que possam se vacinar agora. A vacinação vai continuar aberta, durante a multivacinação, para pessoas de 15 a 19 anos."

**SARAMPO**

A vacinação contra o sarampo também será intensificada durante a campanha, por meio da distribuição da vacina tripli-

ce viral. A proposta do ministério é vacinar uma faixa etária que vai dos 12 aos 59 anos. "A gente vai dar a oportunidade para que as pessoas que não se vacinaram resgatem a sua dose e coloquem a vacinação em dia", disse Eder.

"Embora o Brasil seja reconhecido como área livre da doença, já que não temos a livre circulação do vírus no nosso país, infelizmente, a gente observa muitos casos acontecendo em outros países, com destaque para a ascensão da doença aqui no continente americano".

O surto de sarampo, segundo ele, permanece ainda muito concentrado na América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos, no Canadá e no México, que respondem por 7 mil dos 10 mil casos notificados no continente americano. Mas já há casos em países latino-americanos, como Bolívia, Paraguai e o próprio Brasil.

"São casos relacionados à importação, isolados, que estamos trabalhando para conter. E, obviamente, aproveitamos a multivacinação para aumentar a proteção da nossa população e, conseqüentemente, evitar a reintrodução do sarampo no nosso país", detalhou Eder.

Dados da pasta mostram que, até o dia 13 de setembro, foram confirmados 31 casos de sarampo no país, enquanto 1.7134 foram descartados.

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Ao lançar uma campanha de multivacinação voltada para crianças e adolescentes de até 15 anos ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (**foto**), fez um apelo para que pais, mães e responsáveis atualizem a caderneta de vacinação dos filhos. "Sou pai de uma criança de 10 anos e faço questão de ela estar com todo o seu calendário vacinal em dia".

"Uso a caderneta digital da criança porque é cada vez mais amplo o nosso calendário de vacinação. Mesmo um médico infectologista como eu, se não olhar a caderneta, às vezes, pode esquecer de uma vacina ou outra. A caderneta digital da criança não só tem todo o calendário ali como também manda mensagens para os pais e mães - se você cadastrou o seu filho ou filha."

Durante coletiva de imprensa em Brasília, Padilha destacou ainda a segurança e a eficácia das doses utilizadas no país para o controle de doenças imunopreveníveis. "Eu não vacinaria a minha filha se não tivesse confiança absoluta na segurança, na qualidade e na importância dessas vacinas. Eu não vacinaria o presidente da República do meu país se não tivesse segurança absoluta da qualidade, da segurança e da importância dessas vacinas".

"Quero lembrar aos pais e mães que eles só não tiveram paralisia infantil, só não tiveram



JOSE CRUZ/ABRASIL

meningite, só não tiveram doenças extremamente graves porque, um dia, seu pai e sua mãe enfrentaram situações muito mais difíceis do que hoje para te vacinar - numa época em que as vacinas não estavam todos os dias nas unidades básicas de saúde e, muitas vezes, só chegavam no dia da campanha nacional daquela doença."

Ao final da fala, o ministro voltou a insistir que pais, mães e

responsáveis garantam o acesso de crianças e adolescentes à imunização. "Não negue o direito ao seu filho de ter a melhor tecnologia para salvar vidas que o ser humano descobriu e desenvolveu ao longo desses anos que é a vacina".

O ministro reforçou um chamado aos pais e mães para aproveitarem o mês de outubro, mês da criança, quando o ministério campanha de atualização de to-

das as vacinas do calendário.

De acordo com Padilha, pesquisas feitas por universidades, muitas com o apoio do Ministério da Saúde, mostram a hesitação vacinal. "Pesquisas que a gente acompanha sobre a opinião da população mostram que muita gente foi afetada pelas mentiras disseminadas com muita força na época da pandemia e que continuam sendo disseminadas."

processo de debate.

O fim da obrigatoriedade das aulas é um dos temas que o ministro Renan Filho tem defendido nos últimos meses. A depender do modelo adotado, as aulas práticas e teóricas podem ser dadas por instrutores que tiverem autorização do governo federal para isso

O Conselho Nacional de Trânsito é que estabelece as regras sobre o assunto. Apesar do fim da obrigatoriedade das aulas, as provas continuarão sendo obrigatórias para obter a CNH.

**CNH**

# Lula autoriza governo a discutir fim da ‘obrigação’ de autoescola

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o governo a levar adiante a discussão sobre o fim da obrigatoriedade de aulas em autoescola para tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A

informação foi confirmada ao Grupo Estado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho.

A próxima fase é a realização de um ciclo de audiências públicas pelo Ministério dos Transportes para discutir o assunto. Esse processo deve demorar

mais 30 dias.

A autorização dada pelo presidente não foi para que o governo já leve adiante a partir de agora a proposta de acabar com a obrigatoriedade das autoescolas, mas para que o ministério responsável pelo tema abra o

FICHA LIMPA

# Veto parcial de Lula pode favorecer políticos cassados

RAISA TOLEDO/AE

Entidades que atuam no combate à corrupção avaliam que o veto parcial do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), ao projeto que altera a Lei da Ficha Limpa pode abrir caminho para que políticos cassados ou condenados tentem voltar à vida pública. A Lei Complementar nº 219 foi sancionada na segunda-feira, 29, com veto a alguns pontos do projeto aprovado no Congresso Nacional.

Para o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o veto presidencial é "irrelevante" e ameaça a aplicação da Lei da Ficha Limpa. "Essa alteração fragiliza a moralidade eleitoral e abre caminho para o retorno de políticos condenados às disputas, inclusive com o risco de maior influência de grupos ligados ao crime organizado", diz a nota.

"As mudanças centrais - a redução generalizada dos prazos de inelegibilidade e a flexibilização de sua contagem - foram integralmente mantidas. Em outras palavras, os vetos não alteraram o núcleo da alteração, que manteve o limite de oito anos e a impossibilidade de aplicação cumulativa das penas em casos de múltiplos processos", afirma a entidade.

O Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) afirmou que, ao passar alterações que "desfigu-



RICARDO STUCKERT/PR

ram o coração" da lei, "legisla-se em causa própria visando abreviar o retorno à vida política dos violadores da lei". Segundo o instituto, trata-se de "verdadeiro ato de abuso do poder de legislar, a exemplo da PEC da Blindagem".

O comunicado lembra que a lei foi fruto de mobilização popular e menciona que a aprovação da mudança ocorre pouco tempo depois das manifestações contra a PEC da Blindagem. "Ato de desrespeito e escárnio ao povo", diz.

A nova Lei Complementar nº 219 unifica a contagem do prazo de oito anos de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa, reduzindo na prática o tempo de

afastamento das urnas. Além disso, o período máximo de inelegibilidade é fixado em 12 anos, mesmo em caso de múltiplas condenações.

Se antes um deputado, senador, prefeito, governador ou vereador cassado pelos pares ficava inelegível pelo resto daquele mandato e mais oito anos seguintes, fica agora impedido apenas pelo prazo de oito anos, sem considerar o período que falta para que o mandato termine.

Em seu veto, Lula barrou trecho que previa a aplicação retroativa da norma, o que beneficiaria de forma imediata quem já foi condenado. Mesmo assim, a avaliação é que o novo formato

pode gerar disputas na Justiça.

O ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, por exemplo, pode tentar voltar ao cenário político. Ele ficou preso durante a Lava Jato e foi cassado em 2016, mas, pelas novas regras de contagem, já ficou inelegível por oito anos.

Tanto o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral como o Instituto Não Aceito Corrupção mencionam que vão pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare a lei inconstitucional.

Na terça-feira passada, o Partido Rede Sustentabilidade protocolou uma ação no Supremo pedindo a suspensão das alterações na Lei da Ficha Limpa.

JUSTIÇA

## Bolsonaro terá de pagar honorários a advogados de Guilherme Boulos

BRUNA ROCHA/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado a pagar os honorários dos advogados do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) após perder uma ação por danos morais movida contra o parlamentar. Bolsonaro acionou a Justiça depois que Boulos o apontou publicamente como possível mentor do assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido em 2018, junto com seu motorista, Anderson Gomes.

O pedido do ex-presidente, que já havia sido negado em primeira instância, foi levado à Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que manteve a rejeição do recurso. A defesa de Bolsonaro argumentou que as declarações de Boulos não estariam protegidas pela imunidade parlamentar, susten-

tando que a proteção não se aplica a atos "sem nexos com o desempenho das funções parlamentares ou quando utilizada para práticas abusivas". No entanto, a Justiça entendeu que as falas estavam no âmbito da atuação política do deputado.

Com a decisão definitiva, a defesa de Boulos solicitou o cumprimento da sentença. Bolsonaro terá de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa. Caso não efetue o pagamento no prazo de 15 dias, poderá ser penalizado com uma multa adicional de 10% e novos honorários no mesmo percentual. O juiz alertou que, se o valor não for pago, poderá ser realizada penhora eletrônica via Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisba-jud).

MONITORAMENTO

## Chiquinho, Silveira e Cid: Moraes pede atualização diária de tornozeleiras



GUSTAVO MORENO/STF

RAISA TOLEDO/AE

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou em decisões publicadas ontem, que a administração penitenciária do Rio de Janeiro preste informações diárias sobre o monitoramento eletrônico por tornozeleira dos ex-deputados federais Chiquinho Brazão e Daniel Silveira.

O ministro solicita atualizações sobre o uso dos equipamentos, com a indicação de eventuais registros de violação, falha ou descumprimento das condições impostas. Antes, as informações fornecidas eram semanais.

Chiquinho Brazão cumpre prisão domiciliar, enquanto Silveira teve a pena recentemente convertida para regime aberto. Nos despachos em que ordena o envio dos relatórios, Moraes cita as medidas cautelares a que os dois estão submetidos.

No caso de Brazão, além da tornozeleira, ele está proibido de acessar redes sociais, manter contato com outros investigados no caso Marielle, conceder entrevistas ou receber visitas que não sejam de seus advogados ou previamente autorizadas pela Justiça.

Em relação a Silveira, o ministro citou as restrições estabelecidas na última segunda-feira, quando autorizou a progressão de regime. O ex-parlamentar também não pode utilizar redes sociais, teve o passaporte cancelado, deve comparecer semanalmente à Justiça e está impedido de deixar o estado do Rio de Janeiro, além de precisar comprovar que está trabalhando em atividade lícita.

Quando ainda estava no regime semiaberto, Moraes determinou que a unidade prisional enviasse imagens do circuito interno de segurança para checar se o ex-deputado es-

tava recebendo visitas irregulares. O ministro disse ter recebido denúncias de tratamento privilegiado a Silveira, com visitas em horários e dias não autorizados e algumas sem registro.

O ex-parlamentar, que tinha autorização para frequentar sessões de fisioterapia, também se ausentou da penitenciária após os tratamentos, o que motivou pedido de esclarecimento por parte do magistrado.

Chiquinho Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. A Procuradoria-Geral da República (PGR) recomendou a condenação dele, de seu irmão, Domingos Brazão, e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, nas alegações finais do processo.

Já Daniel Silveira foi condenado em 2022 a oito anos e nove meses de prisão por ameaçar o Estado Democrático de Direito e incentivar a violência contra integrantes do STF. Em vídeo publicado nas redes sociais em fevereiro de 2021, ele atacou ministros da Corte, falou em dar uma "surra" nos magistrados e defendeu o golpe militar de 1964.

MAURO CID

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que sejam enviadas à Corte informações diárias sobre o monitoramento da tornozeleira eletrônica de oito acusados.

O ministro solicitou relatório com dados sobre eventuais registros de violação, falha de sinal ou descumprimento de medidas impostas contra os monitorados.

Os registros devem ser enviados pelas secretarias de Administração Penitenciária do Distrito Federal, Alagoas e Rio de Janeiro.

DISCURSO

## Lewandowski: atentados à democracia no Brasil tiveram 'influxo' do exterior

WESLEY GALZO/AE

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou em discurso ontem, que as ações recentes "atentatórias às instituições republicanas" do País tiveram um claro "influxo do exterior". Ele não nomeou diretamente o governo dos Estados Unidos, chefiado por Donald Trump, que

impos sanções ao Brasil para interferir no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas disse que todos na plateia sabiam de quem ele falava.

"Como sou membro do governo, não posso nomear aqui para não incidir numa gafe diplomática, mas todos sabem a quais países estou me referindo e a quais situações de retrocesso político estou me referindo",

afirmou. "Não é de hoje que a democracia brasileira sofre com os influxos da política ou da geopolítica internacional".

As declarações do ministro foram feitas durante o seminário "Observando a democracia: Desafios e Oportunidades para o Estado de Direito na Era Digital", organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Eu gosto de lembrar o golpe

de Estado de 1964, que claramente houve uma ingerência de uma potência estrangeira e também recentemente a prática política que tivemos no nosso País, não necessariamente democrática, e posso afirmar atentatória às instituições republicanas teve um claro um claro influxo do exterior", disse o ministro Ricardo Lewandowski.

EUROPA

## Portugal aprova 'lei dos estrangeiros'; veja como brasileiros são afetados

RENATA OKUMURA/AE

O Parlamento de Portugal aprovou uma nova versão da chamada "Lei dos estrangeiros" nessa terça-feira. A nova lei, aprovada em meio a tensões políticas e sociais, promete mudanças significativas na imigração. As medidas devem impactar significativamente os brasileiros, a maior comunidade estrangeira no país.

A proposta foi aprovada com apoio do Chega e da Iniciativa Liberal, enfrentando oposição do Partido Socialista e de outros partidos de esquerda.

O documento segue agora para o presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Caso seja sancio-

nada, a lei poderá entrar em vigor imediatamente após sua publicação no Diário da República.

Segundo a Start! Be Global, assessoria jurídica internacional especializada em direito migratório e dupla nacionalidade, a expectativa é que a proposta seja sancionada pelo presidente português.

"Durante o processo legislativo, houve tentativas de negociação entre o Chega e o PS, especialmente em pontos sensíveis como o reagrupamento familiar e os vistos de trabalho. No entanto, propostas mais controversas, como a limitação de apoios sociais a imigrantes nos primeiros cinco anos de residência - defendida pelo Chega - não fo-

ram incluídas no texto final."

PRIMEIRA VERSÃO

O projeto de lei, com medidas que endurecem significativamente a política migratória do país, foi aprovado pela Assembleia da República em 16 de julho.

Naquela ocasião, o presidente de Portugal, que havia recebido a lei para sancioná-la ou vetá-la, devolveu o documento ao Parlamento, para que trechos considerados inconstitucionais fossem reformados, depois de fazer uma consulta ao Tribunal Constitucional, órgão máximo da Justiça portuguesa.

LEI DOS ESTRANGEIROS

Conforme a Start! Be Global,

tarde do mesmo dia. Em entrevista ao programa Figueiredo Show, Tagliaferro comentou o episódio. "Eu já esperava por isso, mas tudo foi conduzido com calma e tranquilidade. Na verdade, foi o rito correto, feito na Itália e não o rito mágico do Alexandre de Moraes", afirmou. Segundo ele, nem os policiais sabiam ao certo o que estava acontecendo. "Os oficiais chegaram até a me pesquisar na internet para entender o que estava acontecendo, porque aqui na Itália ninguém sabe de nada. Então, me verificaram online.

Nota

### TAGLIAFERRO DIZ QUE AGE DE BOA-FÉ E VOLTA A AMEAÇAR MORAES

O ex-assessor do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Eduardo Tagliaferro, afirmou ontem que agiu de boa-fé ao ser abordado por policiais italianos em sua residência, em Catanzaro, na Itália. Ele também declarou que "nem morto o ministro conseguirá pará-lo". Tagliaferro foi detido pela polícia local durante a manhã, mas liberado no início da

**SEM ORÇAMENTO**

# Embaixada dos EUA: shutdown pode afetar emissão de vistos

FELIPE FRAZÃO/AE

A Embaixada e os Consulados dos Estados Unidos no Brasil anunciaram ontem a paralisação da publicação de conteúdos nas redes sociais, em decorrência do shutdown no governo Donald Trump.

A embaixada e os consulados comunicaram que o bloqueio orçamentário nos EUA impede a atualização regular das contas no X e no Instagram. Os perfis ficarão inativos "até a retomada total das operações, exceto para informações urgentes de segurança".

Nos últimos meses, os perfis da embaixada reproduziram e disseminaram ao público doméstico brasileiro conteúdos publicados pelo Departamento de Estado críticos a autoridades públicas e ao processo judicial contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, no Supremo Tribunal Federal.

O Itamaraty reagiu apontando um comportamento inadequado e uma ingerência externa em assuntos domésticos. Embora entenda que a embaixada seguiu instruções de Washington, a chancelaria convocou repetidas vezes para reprimendas o encarregado de negócios Gabriel Escobar, chefe da diplomacia americana no País

A representação diplomática também indicou que a falta de aprovação do orçamento no Congresso americano poderá afetar a emissão de vistos e passaportes.

A embaixada não indicou o prazo em que isso poderia ocorrer, mas disse que os serviços já programados continuarão até quando for possível.

"No momento, os serviços de passaporte e visto programados nos Estados Unidos e em Embaixadas e Consulados dos EUA no exterior continuarão enquanto a situação permitir", disse o comunicado publicado nos perfis oficiais no X e no Instagram.

O conteúdo foi republicado pelos consulados americanos no Rio, São Paulo e Recife, que responde pelo Nordeste.

O teor da manifestação repete o que outros órgãos de governo fizeram em Washington, entre eles a Força Aérea americana: "Devido à paralisação do governo, este site não está sendo atualizado".

Na Casa Branca, houve suspensão de atividades para receber visitantes. O governo Trump vinculou o shutdown a uma iniciativa do Partido Democrata. A porta-voz Karoline Leavitt disse que os democratas "traíram" os americanos e "desligaram" o governo.

**ARGENTINA**

# Presos assassinos que agiram durante live

FRANKLIN BRICEÑO/AE

O Ministério do Interior do Peru informou na terça-feira passada, a captura de um peruano e um argentino procurados pelo assassinato brutal de três mulheres em Buenos Aires, aparentemente por um acerto de contas do crime organizado. O crime, que envolveu tortura, foi transmitido ao vivo em um perfil fechado no Instagram, para cerca de 45 pessoas.

Os detidos na terça-feira são Tony Janzen Valverde Victoriano, um peruano de 20 anos, e Matías Ozorio, argentino de 28 anos, informou a assessoria de imprensa do Ministério do Interior à *Associated Press*.

Com as duas prisões, agora são nove os argentinos e peruanos detidos em relação a um caso que teve forte impacto social na Argentina devido à brutalidade dos crimes.

Suspeito capturado em caminho que transportava peixes.

A assessoria enviou à *Associated Press* fotografias e vídeos da captura de Valverde e Ozorio por agentes de um grupo de elite da polícia antidrogas. O suspeito foi detido a bordo de um caminhão que transportava peixes em uma estrada ao sul de Lima, em meio a bloqueios por parte de pescadores artesanais. O suspeito se identificou diante dos agentes antidrogas.

Valverde e Ozorio foram apresentados na noite de terça-feira à imprensa na sede da polícia antidrogas.

"Estão me culpando, nada mais, eu não matei ninguém... eles têm que encontrar o culpado, eu não tenho nada a ver com isso", afirmou Valverde. Ozorio permaneceu em silêncio.

Zenón Loayza, diretor de investigação da polícia peruana, disse posteriormente que a captura foi possível graças à coordenação com o comissário da divisão de investigações da província de Buenos Aires, Flavio Marino. Ele acrescentou que Valverde estava sendo rastreado e que se sabia que ele se encontraria com Ozorio em Lima, a caminho de seu destino final em Trujillo, cidade onde nasceu e onde seu pai foi assassinado em 2018.

Loayza indicou que está pre-

vista a expulsão de Ozorio do país nos próximos dias, devido ao fato de ele ter entrado ilegalmente, enquanto se prepara a extradição do peruano Valverde. Ele acrescentou que Valverde voltou ao país através da Bolívia.

**VINGANÇA**

Mais cedo no mesmo dia, a ministra da Segurança argentina, Patricia Bullrich, confirmou na rede social X a detenção de Ozorio em Lima, "em uma operação conjunta da Polícia Nacional do Peru e da Interpol da PFA (polícia federal argentina)".

"Estamos trabalhando em sua extradição para a Argentina para que ele responda perante a Justiça pelo triplo homicídio", acrescentou a autoridade.

Ozorio seria o braço direito de Valverde Victoriano, apelidado de Pequeno J, apontado como o líder de uma gangue de narcotraficantes que operava em um bairro pobre de Buenos Aires e que, segundo a hipótese da Justiça argentina, teria dado a ordem para executar Morena Verdi e Brenda Del Castillo, ambas de 20 anos, e Lara Gutiérrez, de 15 anos, no último dia 20 de setembro.

As moças foram encontradas sem vida na quarta-feira seguinte, enterradas no jardim de uma casa em Florencio Varela, localizada 26 quilômetros ao sul de Buenos Aires. De acordo com as autópsias, as três jovens sofreram diversas torturas antes de serem assassinadas no que teria sido uma emboscada.

Segundo as autoridades, os assassinatos teriam sido uma vingança perpetrada por uma gangue de narcotraficantes composta por argentinos e peruanos, devido ao suposto roubo de três quilos de cocaína, afirmou Loayza.

Ozorio foi capturado na zona norte de Lima, nos arredores de um shopping center. Em um vídeo divulgado pela polícia peruana, Ozorio afirmou que há uma semana "fui trazido enganado (para o Peru) por alguns traficantes mafiosos a quem eu devia dinheiro". Ele detalhou que fugiu da Argentina pela fronteira com o Paraguai e depois cruzou ilegalmente para o território peruano.

**ENCONTRO**

# Lula e Trump: Vieira fala em evitar confronto e provocação

FELIPE FRAZÃO/AE

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto), afirmou ontem, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está empenhado em aproveitar a chance de reunião de trabalho com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sem cair em provocação ou confrontação "estéril" e mantendo uma separação entre assuntos políticos e comerciais.

"A defesa dos interesses econômicos e comerciais do Brasil é uma causa que diz respeito a todos os brasileiros. Essa defesa seguirá sendo firme, mas serena, baseada em dados concretos e fidedignos, sem provocações ou confrontações estéreis, cientes todos que estamos da importância de buscar soluções mutuamente benéficas e de preservar as excelentes e proveitosas relações que Brasil e Estados Unidos mantêm há mais de dois séculos", afirmou o ministro.

Vieira afirmou que um entendimento entre os presidentes deve ser alcançado por meio de "conversa séria e consequente" baseada em dados concretos e na realidade dos fatos. Ele disse ser necessário sensibilizar autoridades do governo Trump sobre a gravidade da situação e prejuízos para os dois lados.

O ministro pregou pragmatismo como a postura a ser adotada por Lula e defendeu a solução de diferenças por meio da conversa. O chanceler participa de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Câmara dos Deputados.

"Na relação com os Estados Unidos, seguiremos insistindo na necessidade de separarmos questões comerciais das questões políticas. Esse é o único caminho possível para que a situação presente possa encontrar solução satisfatória", disse.

Segundo o chanceler, Lula recebeu de maneira "muito positiva as referências elogiosas feitas de improviso" pelo presidente dos Estados Unidos porque "abriram uma perspectiva de diálogo".

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto), afirmou ontem, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está empenhado em aproveitar a chance de reunião de trabalho com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sem cair em provocação ou confrontação "estéril" e mantendo uma separação entre assuntos políticos e comerciais.

"A defesa dos interesses econômicos e comerciais do Brasil é uma causa que diz respeito a todos os brasileiros. Essa defesa seguirá sendo firme, mas serena, baseada em dados concretos e fidedignos, sem provocações ou confrontações estéreis, cientes todos que estamos da importância de buscar soluções mutuamente benéficas e de preservar as excelentes e proveitosas relações que Brasil e Estados Unidos mantêm há mais de dois séculos", afirmou o ministro.

Vieira afirmou que um entendimento entre os presidentes deve ser alcançado por meio de "conversa séria e consequente" baseada em dados concretos e na realidade dos fatos. Ele disse ser necessário sensibilizar autoridades do governo Trump sobre a gravidade da situação e prejuízos para os dois lados.

O ministro pregou pragmatismo como a postura a ser adotada por Lula e defendeu a solução de diferenças por meio da conversa. O chanceler participa de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Câmara dos Deputados.

"Na relação com os Estados Unidos, seguiremos insistindo na necessidade de separarmos questões comerciais das questões políticas. Esse é o único caminho possível para que a situação presente possa encontrar solução satisfatória", disse.

Segundo o chanceler, Lula recebeu de maneira "muito positiva as referências elogiosas feitas de improviso" pelo presidente dos Estados Unidos porque "abriram uma perspectiva de diálogo".



LULA MARQUES/ABRASIL

"Consideramos muito positivo que o presidente Lula e o presidente Trump tenham podido conversar ainda que brevemente, como foram também relevantes as referências elogiosas que o presidente Donald Trump dirigiu ao presidente Lula", disse Vieira.

"Esses acontecimentos denotam uma nova disposição americana que, evidentemente, recebemos com agrado e de que buscaremos nos valer para superarmos as medidas e sanções contra o nosso País que contrastam com o histórico e a qualidade das relações que o Brasil e os Estados Unidos sempre mantiveram."

Ele citou o superávit americano no comércio e negou discriminação ou ilegalidades por parte do Brasil. O ministro voltou a dizer que o tarifaço de 50% é medida punitiva sem lastro na realidade da relação comercial entre os países.

O ministro reiterou o teor do discurso do presidente Lula nas Nações Unidas e "o compromisso de manter o Brasil como nação independente e povo livre

de qualquer tipo de tutela".

Ele disse que "razões expressamente políticas, relacionadas a processo judicial no Supremo Tribunal Federal, não encontram cabida em uma reconciliação entre Estados soberanos independentes". O ministro afirmou que "posturas agressivas" com o Poder Judiciário não são produtivas.

"Sem jamais abrir mão da disposição para o diálogo naquilo que não confrontar com a nossa soberania, permaneceremos atentos, atuando em diversas frentes para fazer face à presente situação", disse o ministro.

O chanceler criticou o tratamento bilateral, em vez de multilateral, de questões comerciais e de segurança e afirmou que a recente guerra tarifária dos EUA retrocede o mundo ao estágio anterior a 1947.

"Assistimos em todas as regiões do mundo à utilização de tarifas como meio de sancionar, intimidar e pressionar países a alinhamentos de política externa, bem como meio de interferir na economia nacional e subjugar instituições domésticas, em

flagrante violação de soberania", disse Vieira.

O ministro disse que o governo se reserva ainda ao direito de tomar medidas na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde consultas com os EUA estão congeladas, mais de um mês depois da abertura de um processo formal.

Ele também defendeu a análise de medidas previstas na lei de reciprocidade econômica, como as respostas comerciais. O avaliação está pendente na Camex (Câmara de Comércio Exterior). Segundo o chanceler, os países estão em negociações que podem se estender por até 210 dias, o que deixa em suspensão alguma medida de retaliação.

"A nova lei de reciprocidade nos auxiliará a encontrar solução mutuamente satisfatória para as questões econômico-comerciais que envolvem os Estados Unidos. E é mais do que legítimo que o Brasil tenha lançado mão da nova lei de responsabilidade contra o tratamento unilateral das sanções do governo norte-americano contra empresas brasileiras", afirmou.

**COREIA DO SUL**

# Seul e EUA chegam a acordo sobre vistos e isenções para trabalhadores

Os Estados Unidos concordaram em permitir que trabalhadores sul-coreanos com vistos de curto prazo ou um programa de isenção de visto ajudem a construir industriais locais na América, disse o Ministério das Relações Exteriores da Coreia do Sul ontem.

O anúncio ocorreu após conversas bilaterais em Washington, realizadas na terça-feira passada. Segundo o ministério sul-coreano, os norte-americanos reafirmaram que as empresas da Coreia do Sul podem usar vistos de negócios de

curto prazo B-1 ou o programa de isenção de visto chamado Sistema Eletrônico de Autorização de Viagem, conhecido como ESTA, para enviar trabalhadores para instalar, reparar e manter equipamentos necessários para seus projetos nos Estados Unidos.

As empresas sul-coreanas têm se baseado nestes sistemas de visto para enviar trabalhadores necessários para lançar locais de fabricação nos EUA - uma prática que foi amplamente tolerada por anos.

Contudo, algumas semanas

atrás, Seul teve que repatriar mais de 300 de seus cidadãos detidos em uma grande operação de imigração em uma fábrica de baterias em construção da Hyundai, perto de Savannah, Geórgia. A maior parte deles eram empregados da LG Energy Solution e seus subcontratados e possuíam ESTAs, bem como outros vistos.

O incidente desencadeou frustração entre os sul-coreanos sobre a falha de Washington em agir sobre seu pedido de longa data para melhorar o sistema de vistos para traba-

lhadores qualificados, mesmo enquanto os Estados Unidos pressionam seu aliado a expandir os investimentos industriais.

Na reunião de terça-feira, a Coreia do Sul pediu passos mais fundamentais, como a criação de uma nova categoria de visto para expandir o acesso a trabalhadores qualificados. Mas autoridades americanas disseram que grandes mudanças seriam difíceis devido a restrições legislativas, de acordo com uma declaração do ministério sul-coreano.

lia se irá buscar ajuda de governos estrangeiros.

O Instituto Filipino de Vulcanologia e Sismologia chegou a emitir um alerta de tsunami e orientou a população a evitar o litoral de Cebu e das províncias próximas de Leyte e Biliran, devido ao risco de ondas de até 1 metro. Nenhuma onda foi registrada, e o alerta foi suspenso cerca de três horas depois.

Mesmo com o fim do alerta, milhares de moradores optaram por não voltar para casa, passando a noite em campos gramados e parques, apesar da chuva.

**FILIPINAS**

# Terremoto de magnitude 6,9 deixa mais de 60 mortos

Pelo menos 69 pessoas morreram em um terremoto que atingiu uma província central das Filipinas ontem. O epicentro foi registrado a cerca de 19 quilômetros a nordeste de Bogo, desencadeado por um movimento em uma falha geológica submarina, a uma profundidade

relativamente rasa de 5 quilômetros.

O terremoto foi um dos mais fortes a atingir a região central em mais de uma década e ocorreu enquanto muitas pessoas ainda dormiam.

Bogo, cidade costeira com cerca de 90 mil habitantes na

província de Cebu, registrou metade das mortes até o momento. O número de vítimas pode aumentar, já que os trabalhos de resgate enfrentam dificuldades devido às chuvas intermitentes e a danos em pontes e estradas, segundo autoridades locais.

O governo filipino ainda ava-